



Expansão do turismo no Município de Cairu e ameaça ao modo de vida pescador da localidade de São Sebastião

Luis Henrique Couto Paixão

Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela UCSal, Bolsista FAPESB
paixao.lh@gmail.com

Resumo

A atividade pesqueira, sobretudo a artesanal, ainda se mantém viva no espaço costeiro do Brasil, coexistindo com outras atividades econômicas e modos de vida que passaram a se apropriar economicamente desses espaços nas últimas décadas, como o turismo por exemplo. O turismo tornou-se para muitos municípios vetor de crescimento econômico, provocando um conjunto de transformações em escala local. Porém sua expansão tem gerado impactos na atividade pesqueira e consequentemente prejudicando a manutenção dos modos de vida dos pescadores artesanais. Essa realidade é vivida pela localidade de São Sebastião, localizada no sul do Município de Cairu no litoral leste da Bahia. Tal localidade, formada em sua maioria por pescadores artesanais se vê ameaçada pela expansão do turismo no município e mais diretamente com a chegada de um novo empreendimento a ser construído em torno da localidade, modificando a dinâmica socioambiental da ilha e impactando o desenvolvimento da pesca e seus modos de vida. Propõe-se estudar os impactos que o turismo vem causando nos espaços litorâneos do município de Cairu, especialmente São Sebastião. Para isso, metodologicamente, fez-se pesquisas de campo entre os anos de 2013 e 2014 para realização de entrevistas, iconografia, bem como acompanhamento de audiências públicas para o licenciamento de um empreendimento. Concluiu-se que a expansão do turismo, no modelo em que vem sendo desenvolvido, não vem trazendo qualidade de vida, demandando estudos de impactos mais consistentes e ações mitigadoras.

Palavras-chave: Turismo. Atividade pesqueira. Modos de vida.

1. INTRODUÇÃO

Os espaços costeiros sempre foram o lócus de diversidade de transformações, explorações e modo de vida dos quais compartilham do mesmo espaço. Os espaços costeiros baiano não é diferente, caracterizados por uma dinâmica ambiental específica bem como uma grande quantidade de comunidades que vivem sobretudo da atividade pesqueira como sua principal fonte de renda e reprodução da vida há muito tempo. Porém esses espaços passaram a ser valorizado e explorados por outras atividades



Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

econômicas das quais passaram a se apropriar economicamente e gerar impactos (negativos e positivos) principalmente na populações e biodiversidade que o habitam.

O município de Cairu é um exemplo desses espaços de grande diversidade socioambiental, de ações transformadoras e de exploração. Tal município passou a adotar o turismo como viés de desenvolvimento municipal atrelado a outras atividades já existentes como a atividade pesqueira, por exemplo. Porém ao adotar esta atividade, no modelo em que está sendo desenvolvido, se inicia um conjunto de ameaças aos modos de vida tradicionais construídos durante o processo histórico municipal em diversas localidades, como na localidade de São Sebastião situada ao sul do município.

São Sebastião é uma localidade com cerca de 729 habitantes que vive basicamente da atividade pesqueira praticada na praia, mar aberto e recifes da costa oceânica, bem como na zona estuarina do município. Porém, tais atividades vêm sofrendo por ameaças a sua prática devido a exploração de gás no litoral, sobrepesca e principalmente a expansão do turismo, foco do presente trabalho. Recentemente essa ameaça se tornou mais real a partir do processo de licenciamento de um novo empreendimento turístico que irá circundar a localidade e gerar uma série de impactos negativos a população e sua atividade fonte de renda.

Assim, pretende-se discutir as ameaças em que o modelo de expansão do turismo como vetor de desenvolvimento municipal vem provocando em localidades que tem atividade pesqueira como fonte de renda, mas especificamente a localidade de São Sebastião. Como metodologia, buscou-se a realização de pesquisas de campo entre os anos de 2013 e 2014 para aplicação de questionários e realização de entrevistas, iconografia¹, bem como acompanhamento de audiências públicas para o licenciamento de um empreendimento.

2. OS ESPAÇOS RURAIS COSTEIROS COMO ESPAÇOS DE VALORIZAÇÃO

A relação do homem com a natureza vem de muito tempo, onde a mesma sempre foi fonte de sobrevivência através de seus elementos. Com o desenvolvimento

¹ Foram realizadas entrevistas com pescadores, donos de restaurantes, moradores locais. Foram aplicados 159 questionários dos 220 domicílios locais.

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

da sociedade e a transformação do meio natural para o que Santos (1997) vem denominar de segunda natureza (construída), essa relação passou a ser perdida.

O rural e o urbano denotam formas do homem se espacializar e também expressar seus modos de vida específicos. A maneira diferente em que esses espaços se configuram foi interpretada como dicotomia (CARNEIRO, 2012). Tal visão de dicotomia entre campo e cidade, como expressão das atividades econômicas, advém desde a antiguidade clássica (WILLIAMS, 1989), compostos por características específicas e distintas que os diferenciavam entre si:

A ‘forma de vida campestre’ engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais -, e sua organização varia ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifundiários e *plantations* às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, polo industrial (WILLIAMS, 1989, p.11).

Com isso esses espaços passaram a se configurar de maneiras diferentes, porém com a expansão do capitalismo, tais espaços começaram a ser modificados e ressignificados a partir das novas necessidades (SANTOS, 2001). Os espaços rurais que até então eram vistos como sinônimo de atividades agrícolas (GRANJALES et al., 2006) e fonte de alimentação para o espaço urbano (SANTOS, 2008; CARNEIRO, 2012) passaram a ser valorizados e constituir um novo espaço rural, marcado por outras atividades econômicas como:

[...] a. La agroindústria; b. Actividades no agrícolas ligadas a la residència (fabricacion de conservas, muebles, flores); c. Servicios relacionados con el entretenimiento (turismo rural, agro turismo, aportes al mantenimiento y desarrollo de la cultura, etc.) y espacios para el descanso; d. Actividades de pequenas y medianas empresas manufactureras; e. ‘Nuevas’ actividades agropecuárias localizadas en nichos especiales de mercado; f. Extracción, oferta y cuidado de recursos naturales (minería, entre otras); g. Artesanía; h. Ganadería, i. Caza y pesca (em algunos lugares relacionadas también com el turismo rural); j. Comercio; k. Pequeñas y medianas industrias manufactureras (GRANJALES et al., 2006, p.38).

Logo o espaço rural passa a ser valorizado, sobretudo a partir da diversidade ambiental que muitos tem passando a atrair novos olhares em uma visão simbólica influenciada pelo pensamento ecológico (CARNEIRO, 1998). Assim a natureza presente nesse espaço passa a ser utilizada como objetivo de contemplação, o que

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

culminou com o surgimento da indústria turística e cultural (CARNEIRO, 1998). Wendel Henrique (2009) afirma que esta concepção do rural como refúgio da vida urbana se dá a partir da situação de crise e violência vivida na cidade, que passa a atrair tal população, mesmo que sazonalmente, para as áreas rurais.

Porém, essas dinâmicas de vida existentes nesses espaços em que o turismo passa a se apropriar passa a ser invisibilizada já que esses locais não são vistos como espaço de vida, gerando impacto para as populações. Alencar (2010), ao estudar as relações entre rural e urbano na Região Metropolitana de Salvador aponta conflitos gerados a partir da ação do capital acumulado a partir do turismo em que não enxergam o rural e suas dinâmicas existentes, logo:

[...] o rural não agrícola da vida praiana fica subalterno à representação do lazer capturado pelo processo de acumulação de capital através da indústria do turismo, embora também abrigue o uso produtivo de captura de pescado. Nessa territorialidade, são explicitados o rural agrícola e não-agrícola, tanto quanto o fato de o rural não ser contemplado na constituição da identidade regional. O rural, ora está invisível na região, ora está desqualificado como irrelevante enquanto indicador econômico. Quando identificado com a natureza, o rural fica visível em usos não produtivos, como lazer local e turismo, e no enfrentamento da questão ambiental (ALENCAR, 2010, p.3).

No caso do rural costeiro, o mesmo é configurado especialmente pela presença de atividades ligadas ao mar, como é o caso da pesca. Porém esses espaços começaram a passar por transformações já que são constituídos de uma ampla diversidade ambiental e também aliada a relação com o mar, uma visão do que Dantas (2010) vem denominar de maritimidade. Para o autor “[...] o banho de mar com fins terapêuticos e a vilegiatura representam consolidação das primeiras práticas marítimas modernas [...]” do Brasil (DANTAS, 2010, p.23). Nesse sentido, a visão do “[...] turismo de balneário nascido do turismo de massa dos países desenvolvidos.” (DANTAS, 2010, p.22) vem apontar para que os usos das áreas litorâneas sejam capazes de gerar desenvolvimento, fazendo com que muitas áreas não turísticas criem uma vocação para essa prática econômica em um período de tempo muito curto (DANTAS, 2010).

Nesse sentido o turismo passa a ser o vetor de crescimento econômico no Brasil, através de grande investimentos e direcionamentos de políticas voltadas para o turismo.



Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

O turismo tornou-se uma alternativa de superação a crise para muitos municípios brasileiros, embora tal atividade tenha se especializado sem um planejamento prévio.

Compreende-se assim que o espaço costeiro como lócus de um mundo rural específico é um local constituído por diversos segmentos de ação da sociedade sob o espaço, e o turismo é um deles. Porém se necessita que o turismo seja capaz de gerar melhorias para as populações inseridas desde que consiga valorizar não só a natureza simbólica, mas toda a dinâmica contida nesses espaços.

3. O MUNICÍPIO DE CAIRU E O SURGIMENTO DO TURISMO COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO

O município de Cairu localiza-se na porção do litoral leste do Estado da Bahia. Constituindo um arquipélago formado por 26 ilhas, o município possui cerca de 15.374 habitantes (IBGE, 2010) espalhados por diversas localidades situadas principalmente nas extremidades do litoral do município (Figura 1).

Em seu processo histórico Cairu passou por grandes modificações em seu espaço marcado pelo projeto de desenvolvimento em cada período, influenciado pela sua situação de ilha. Assim, em seu surgimento, pode integrar a rota de ocupação espacial do Brasil no período colonial (MORAES, 1999). Observa-se então o primeiro grande momento do processo de produção e ocupação do espaço de Cairu é a chegada de novos moradores e o desenvolvimento das primeiras atividades econômicas entre os séculos XVI e XVII, após da expropriação e realocação territorial dos indígenas (MOREIRA, 2011; RISÉRIO, 2003; SOUSA, 1971; OLIVEIRA, 2006.)

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

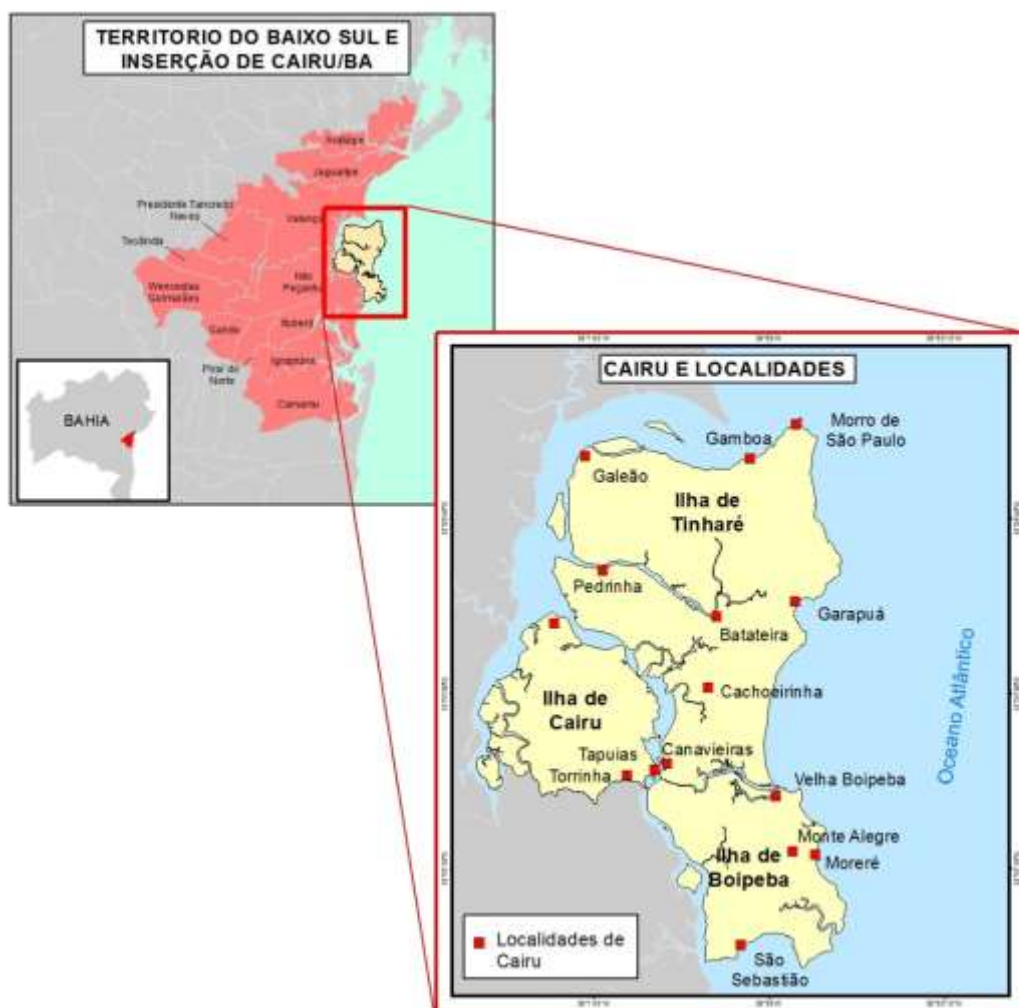


Figura 1: Localização do município de Cairu na Bahia e no Território de Identidade do Baixo Sul

Fonte: IBGE, 2010, SEI, 2012. Elaborado pelo autor.

O espaço de Cairu passa a ganhar novas construções e a surgir a intensificação da exploração dos recursos ambientais que as ilhas podiam oferecer, como as madeiras. Tais explorações estavam ligadas ao fato de que os deslocamentos eram realizados via rios, o que facilitava a chegada à Cairu (RISÉRIO, 2003; SOUSA, 1971). Nesse período associada a exploração da madeira necessitava de produções agrícolas e de novas populações, gerando novas modificações no espaço local como a incorporação de novas espécie da fauna e flora (DIAS, 2007; FLEXOR, 2010)

A partir do século XVIII Cairu entra em um processo de decadência, gerado sobretudo pelo direcionamento do desenvolvimento para Valença e os municípios no



Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

continente, principalmente após a construção das estradas (FLEXOR, 2010; FISCHER, 2007). Com isso Cairu passou por um período isolamento econômico e por consequência um isolamento territorial, fazendo com que as atividades econômicas e a população passassem a se voltar para o mar surgindo localidades que existem até os dias atuais e o desenvolvimento da atividade pesqueira.

Só a partir do século XX começaram a surgir traços de um projeto de desenvolvimento em que haveria a intensificação da capitalização do espaço, através do Turismo. O turismo em Cairu começou a surgir a partir dos anos 70, de forma incipiente através de veraneio de parentes de moradores locais e mais futuramente com um crescimento desordenado em várias partes do município, com o intuito de transcender aquele estado de quase inércia econômica (FRANÇA, 2008).

O turismo pode então se atrelar ao conjunto de características que passava a ser valorizado, como o surgimento de áreas de proteção ambiental (APA das ilhas de Tinharé e Boipeba em 1998 e a APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança em 2003), diversos ambientes terrestres e marítimos, bem como uma cotidianidade bucólica, a visão de um paraíso intocado; todos nos espaços rurais costeiros de Cairu.

Nesse processo, mais recente, surge o Plano Estratégico Municipal, a partir da Lei municipal (Lei de nº 241) no ano de 2008, através da regulamentação do Decreto Municipal de nº398 (CAIRU, 2008), onde o turismo e a pesca foram apontadas como um dos pilares de desenvolvimento do município de Cairu. Tal plano mostra claramente o projeto de desenvolvimento a ser seguido pelo município e em quais áreas as atividades serão desenvolvidas ou/e direcionadas (Figura 2). No caso da Ilha de Boipeba, local onde se encontra São Sebastião, é direcionada a práticas de conservação ambiental.

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

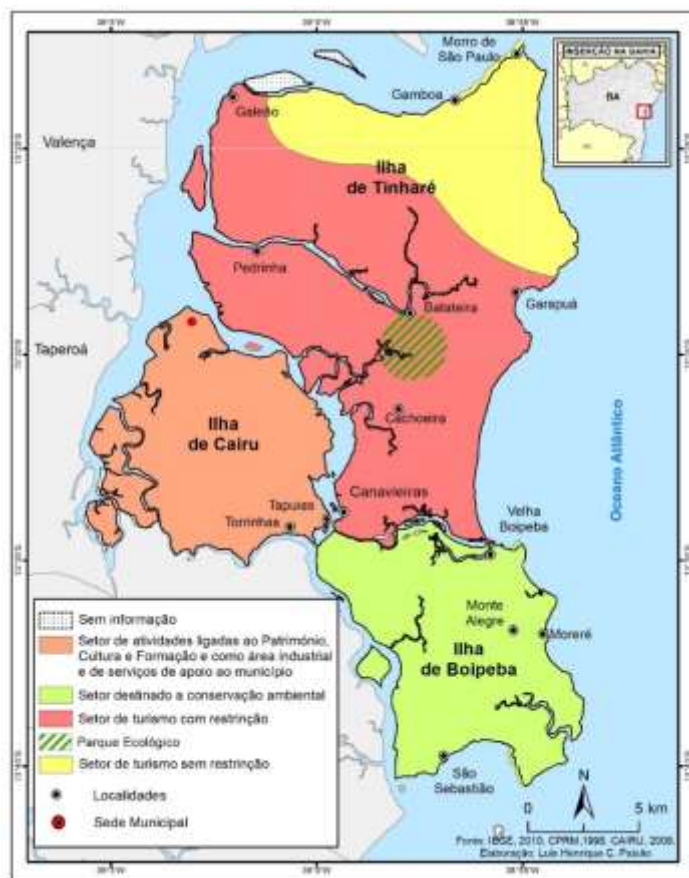


Figura 2: Mapa de setores de planejamento do município de Cairu/BA.
Fonte: CAIRU, 2008. Elaborado pelo autor.

4. DINÂMICA LOCAL DE SÃO SEBASTIÃO E A INSERÇÃO DA PESCA

Em meio ao processo de transformações que Cairu passou durante seu processo histórico e as metas a serem seguidas futuramente, está a localidade de São Sebastião e sua população. Tal localidade localiza-se na parte sul da Ilha de Boipeba (Figura 3).

Com uma população com cerca de 729 habitantes (IBGE, 2010), Cova da Onça, como é denominada pelos moradores locais, tem seu acesso se dado principalmente de barco ou lancha, vindos de Valença (duração de 3 horas em média) ou via terrestre associado ao barco. Essa dificuldade de acesso dificultou e ainda dificulta a saída constante da população para realizar atividades profissionais e educacionais em outras áreas fora da localidade.

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações



Figura 3: Localização de São Sebastião em Cairu

Fonte: Google, 2014; IBGE, 2010; CPRM, 1998. Elaborado pelo autor.

É uma população diversificada, em termos de idade e níveis educacionais, com a presença de jovens já formados no ensino superior. Desenvolvem sua cotidianidade com forte interação com a natureza, principalmente com o mar e as matas que circundam a localidade, onde utilizam como fonte de alimento, deslocamento e lazer.

As atividades profissionais locais estão vinculadas a cargos públicos na prefeitura (educação, saúde e limpeza), ao pequeno comércio local (mercadinhos, bares, restaurantes e lojinhas) e as atividades de extrativismo como a retirada de piaçava, dendê e principalmente a pesca (pesca e a mariscagem). Vale ressaltar, que a maioria dos profissionais desenvolvem a pesca e mariscagem nem que seja pelo menos como uma segunda profissão, que é o caso de muitos funcionários públicos locais que pescam nos períodos de folga. Assim, foi constatado que 66,4% dos pescadores identificados exercem uma segunda profissão.

Tal expressividade é revelada quando 84,28% dos domicílios visitados na localidade tem pelo menos uma pessoa desenvolvendo a atividade pesqueira. Desses pescadores, 79,5% são colonizados, ou seja, possuem registro na colônia de pescadores e garantia como profissional da pesca. Com isso esses pescadores dependem diretamente da dinâmica marítima que circundam a localidade para realizar suas

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

diversas modalidades de pescas (Figura 4) nos ambientes de recifes, pesqueiros em alto mar, na enseada da localidade, mangues e estuários.

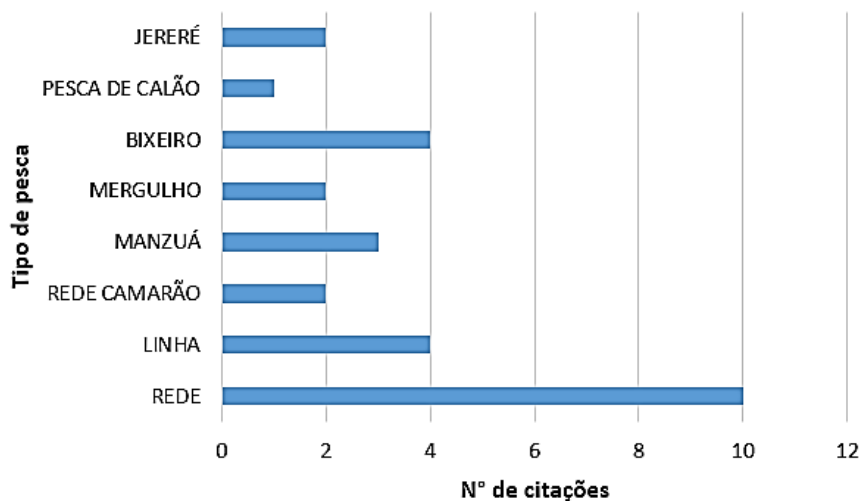


Figura 4: Gráfico das modalidades de pesca citadas pelos pescadores entrevistados.
Fonte: Pesquisa de campo, 2014. Elaborado pelo autor.

Os pescadores não utilizam de grandes embarcações e se restringem ao uso de pequenas canoas de fibra e madeira, bem como pequenos barcos. Além do deslocamento marítimo, eles utilizam as trilhas internas da ilha para chegar em alguns pesqueiros, principalmente aqueles que fazer mariscagem ou retirada de crustáceos nos mangues e recifes. Também não possuem aparatos tecnológicos para posicionamento e utilizam marcações de terra (pontos fixos em terra que servem para se localizar) para se guiar.

Os pescadores, assim como a população local, identificam a pesca como fonte de sobrevivência local e de transformação, pois foi através da pesca que puderam construir suas vidas. Com isso, o sistema de parcerias entre vizinhos e também a inserção familiar é um traço forte na prática pesqueira local.

Já o destino final de tudo o que é pescado é a subsistência e alguns produtos como peixes grandes e valorizados por restaurantes, assim como crustáceos catados são vendidos para comerciantes locais ou atravessadores (pessoas que compram mais barato para revender em outras localidades). A armazenagem do que for pescado é feito por freezers domésticos, secagem ao sol ou vendido assim que sai do mar já que não existe uma cooperativa local.

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

O bem-estar que a pesca proporciona aos pescadores são citados pelos entrevistados, nos quais revelam que é a única opção de sobrevivência local e também por gosto pessoal. Porém existem as dificuldades ligadas a exposição ao tempo, aos períodos longos fora de casa, a não valorização do pescador, os impactos ambientais que já diminuem a quantidade de peixes e crustáceos, bem como a sobrepesca. Mas mesmo assim apontam a pesca e a localidade onde vivem como um local que não pretendem sair:

Daqui, para aqui mesmo. Nós convivemos apenas com a pesca mas é um local tranquilo e calmo [...] Tem gente aqui que não quer sair para fora, já é acostumado aqui em cova da onça e não quer sair para fora. Ainda mais hoje em dia que está essa violência ai, e para conseguir emprego é difícil e as pessoas só conseguem arranjar emprego se tiver um segundo [...] mas a não ser e aqui não, a pessoa já convive a tantos anos através da pesca. Você consegue o peixe, já vai ali e consegue um trocado, ai agora bota um manzuá e arranja outro trocado e na cidade não, na cidade a pessoa tem que correr atrás de trabalho e mesmo assim se tiver um curso pronto. Se não tiver um curso de segundo grau não pega um emprego e nem nada (Pescador, 48 anos, 2014).

Para falar a verdade não. Cidade não é comigo! Do jeito que a cidade está violenta, não sabe se volta com vida. É difícil [...] O único lugar que eu sai para trabalhar foi para Morro de São Paulo, por 4 meses. Cairu que é Cairu eu vou ali, minha irmã mora em Valença eu agoniado para vir embora, fico 2 dias, fico querendo vir embora, quem dirás em outra cidade? Cidade grande não é comigo. O que é a cidade hoje rapaz? a cidade está muito violenta! você é doido?! a pessoa sai e não sabe se volta, na ilha não, a pessoa tá tranquila, tá de boa (Pescador, 44 anos, 2014).

Percebe-se que a pesca é de grande importância na localidade e está inserida e com forte interação com as outras atividades econômicas. A mesma está presente como principal fonte de renda de grande parte dos moradores e como fonte secundária também, mas acima de tudo está inserida nos modos de vida da população, expressos na cotidianidade do local.

5. A EXPANSÃO DO TURISMO E AMEAÇA AO MODO DE VIDA PESQUEIRO

Pode ser percebido que o turismo em Cairu se desenvolveu basicamente na perspectiva de pequenos empreendimentos (pousadas, hotéis e restaurantes) sem estabelecimento de grandes empreendimentos hoteleiros. Em São Sebastião, local de

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

estudo, o turismo basicamente se restringiu a visitas espaçadas de embarcações vindas principalmente de Boipeba e Morro de São Paulo, funcionando como ponto de apoio.

A infraestrutura específica do turismo é basicamente duas pousadas e alguns restaurantes, esses últimos funcionam mais em períodos de alta estação quando o fluxo de turistas aumenta.



Figura 5: (A) Restaurante local. (B) Pousada.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Sendo assim, percebe-se que o turismo pouco oferece para a população, que termina desenvolvendo nas atividades cotidianas ligadas principalmente com a pesca. Porém nos últimos anos a dinâmica socioambiental da comunidade e prática pesqueira vem sendo ameaçada com um projeto de um empreendimento hoteleiro que circundará a localidade e tomará boa parte da ilha de Boipeba.



Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

Figura 6: Área e organização do empreendimento em relação São Sebastião.

Fonte: Disponível em: <http://www.unaarquitetos.com.br/site/projetos/desenhos/32/Plano_ponta_dos_castelhanos#>. Acesso em 25 jun 2014. Modificado pelo autor.

O empreendimento que irá ser construído em uma propriedade rural e terá 1.651ha e está em processo de licenciamento ambiental visando construir:

[...] área com 69 lotes para implantação de residências fixas e de veraneio; área no Morro das Mangabas para implantação de 32 casas; área para implantação de duas pousadas com 3.500 m² e mais 25 casas assistidas e operadas por cada unidade hoteleira, totalizando 50 casas; sistema de abastecimento de água e rede de energia; caminhos internos; parque de lazer de uso comum; píer e infraestrutura náutica; aeródromo; área com espaço para implantação de campo de golfe; Reserva Florestal Legal Mangaba, com 346,54 ha, protegendo floresta atlântica, campos de mangaba e outros habitats, a ser gerenciada pelo empreendedor para proteção dos ecossistemas e manejo de mangaba e outras plantas; Habitat de desova de tartarugas marinhas na praia dos Castelhanos, atualmente manejado e protegido pelo empreendedor, operando de acordo com instruções do ICMBio/Projeto TAMAR. (GRAEL, 2014, p.2)

Observa-se que a comunidade passa a ter sua dinâmica ameaçada bem como sua a reprodução de suas atividades profissionais também, já que o empreendimento irá provocar mudanças em terra e em alto mar. Foram então apontadas ameaças que tal empreendimento juntamente com o aumento do fluxo do turismo poderá causar à localidade.

O primeiro deles é o fluxo intenso de embarcações na enseada local onde é desenvolvida a prática da pesca de mergulho. Para os pescadores a rota de embarcações constantes serão capazes de espantar as espécies de peixes e crustáceos da região, bem como provocar acidentes nas áreas de mergulho de apneia realizado por alguns pescadores locais.

Outro problema levantado é o aumento de construções em áreas de mangue e nas áreas das matas, diminuindo a biodiversidade marinha e terrestre. As futuras construções poderão também retirar as marcas de terra utilizadas para o posicionamento dos pescadores. Outra ameaça é o aumento da incidência de luz nas praias provocadas pelo aumento do número de construções, afugentando peixe de hábitos noturnos pescados próximo às praias.



Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

O empreendimento visa gerar empregos com carteira assinada a alguns moradores locais. Porém o que pode ser verificado é que os pescadores ficarão a margem dessas vagas devido a falta de qualificação e também pela livre escolha de não mudar de profissão, já que a pesca lhes proporciona renda e qualidade de vida. Segundo os pescadores, uma jornada de trabalho diário de 8 horas em um emprego formal não irá lhe proporcionar qualidade de vida e nem aumento de renda, já que os mesmos podem ter a mesma renda trabalhando em um período curto e com horários flexíveis.

Também irá gerar aumento da exploração do meio ambiente local (caso os empreendedores absorvam a produção local), por parte dos pescadores para atender a demanda dos empreendimentos. O aumento do fluxo de pessoas (no período de construção e funcionamento) também irão trazer mudanças na localidade, deixando de ser um local bucólico e uma cotidianidade específica.

Outro ponto levantado é a obstrução das vias terrestres que dão acesso aos pesqueiros, utilizados pelos pescadores. Tais obstruções passarão a retirar o direito de ir e vir e de uso do espaço por parte dos pescadores. Vale ressaltar que atualmente já existem conflitos por parte de proibições de comércio em umas das praias que circundam a localidade em detrimento ao fluxo turístico externo.

Embora haja essa mais nova ameaça a atividade em São Sebastião, verifica-se que a atividade pesqueira vem sendo impactada pelo turismo há muito tempo, através da desvalorização da mesma como atividade e modos de vida, que abrange a localidade por completo. Logo a atividade passa a ser desenvolvida através de conflitos as quais terminam reconfigurando esses espaços.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode ser percebido que a atividade turística vem se expandindo nas áreas litorâneas, passando a ser o vetor de transformação e crescimento econômico, e não desenvolvimento. No caso de Cairu, no qual teve um processo histórico marcado por uma inércia econômica, a atividade turística veio proporcionar um novo dinamismo municipal, sobretudo econômico. Porém existem atividades de grande relevância cultural, social, ambiental que não está sendo respeitada ao adotar o turismo.



Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

Observa-se que o projeto de desenvolvimento direciona a exploração por parte do capital acumulado, de modo a gerar explorações em áreas destinadas a conservação ambiental, como a Ilha de Boipeba no Plano Estratégico do Município. Fica evidente que não existe um processo de desenvolvimento e sim um crescimento econômico para poucos indivíduos.

Logo a atividade pesqueira de diversas localidades passou a sofrer ameaças por esta atividade em expansão. No caso específico, São Sebastião está com uma ameaça eminente de um novo empreendimento que trará impactos negativos em seus modos de vida e atividades econômicas.

Conclui-se que a expansão do turismo, como expressão da espacialização do capitalismo, vem gerando conflitos e impactos negativos aos espaços costeiros, sobretudo o de Cairu. Percebe-se assim que necessita verificar quais impactos estão causando e o que virão, de modo com que haja ações mitigadoras em prol da população local.

Referências

- ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. **Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local**. Interações (Campo Grande) vol.11 no.1 Campo Grande, Jan./Jun, 2010.
- CAIRU, P.M. **Decreto n° 398**. 2008.
- CAIRU, P.M. **Lei n° 241 de 17 de dezembro de 2008**. 2008.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: ILVA, F. C. T (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.
- CARNEIRO, Maria José (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Práticas marítimas modernas nos trópicos. In: _____ **Maritimidade nos trópicos: por uma Geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p.21-41.



Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

DIAS, M. H. A Estrutura fundiária da freguesia de Cairu e Boipeba na Comarca de Ilhéus (BA) 1786-1800 In: GUIMARÃES, Elione Silva e MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Campos em Disputas: História Agrária e Companhia**. São Paulo: Anablume, 2007. p.87-111.

FISHER, F. (Org.). **Baixo Sul da Bahia, uma proposta de desenvolvimento territorial**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007.

FLEXOR, Maria Helena Matue Ochi Flexor. Era uma vez ... a mata. In: VI Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos, 2011, Salvador. **Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos**. 6. Salvador: Programa de Pós-Graduação da UCSal, 2010. v. 1. p. 36-36.

FRANÇA, Rosana Decat. **O turismo histórico-cultural como estratégia de sustentabilidade para a cidade de Cairu-BA**. Salvador. 139f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, 2008.

GRAEL, Ambiental. **Relatório de Impacto Ambiental do Empreendimento Turístico-Imobiliário Ponta dos Castelhanos (BA)**. 2014

GRAJALES, Sergio; ANAGUA, Alex; OCHOA, Karina; CONCHEIRO, Luciano. Nueva ruralidad: em la encrucijada de la globalización neoliberal. In: GONZÁLEZ, Mario; HUACUJA, Ivonne (Coord.). **Estudios e investigaciones – nueva ruralidad**. Enfoques y propuestas para América Latina. México: CEDRSSA, 2006.p.31-69.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: Edufba, 2009.186p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em 29 fev. 2014.

MORAES, A. C. R. A ocupação da zona costeira do Brasil: uma introdução. In: _____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007. p.29-54.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença**: dos primórdios à contemporaneidade. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.

RISÉRIO, Antônio. **Tinharé**: História e Cultura no Litoral Sul da Bahia. Salvador: BYI Projetos Culturais Ltda, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.



III SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS
04 a 07 de outubro de 2016

Eixo Temático 4 – Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos teóricos e Metodológicos da Geografia. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2001. 174 p.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>>. Acesso em 19 mai. 2014.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura**. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.